

VELHAS E NOVAS PRÁTICAS DO MANDONISMO LOCAL

UM DIÁLOGO COM MARIA ISaura PEREIRA DE QUEIROZ

CÉSAR BARREIRA*

RESUMO

Esse artigo constitui uma versão parcialmente modificada do texto publicado na coletânea organizada por Ethel Voltzon Kosminski, *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a Sociologia de Maria Isaura Pereira Queiroz*, FAPESP/UNESP, São Paulo, 1999, que reúne os principais trabalhos apresentados por ocasião da jornada de estudos sobre Maria Isaura.

* Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC.

O Ceará tem sido apontado como um Estado paradigmático para se entender o fenômeno do mandonismo local ou do domínio oligárquico na vida política brasileira. Segundo Carone (1970: 275) e Faoro (1975: 612), o Ceará seria um caso exemplar desse modelo de domínio político. Oliveira sintetiza essa concepção quando afirma que o Esta-

do do Ceará é “talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico” (1978: 55). Assim também pensou Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu conhecido trabalho sobre o mandonismo local na vida política brasileira (1976), dando destaque à prática política do Padre Cícero e ao período dos Accioly.

De fato, o Estado do Ceará em dois períodos históricos – no início do século XX e a partir de década de 60 – fornece ricos elementos para se compor o complexo quadro de dominação tradicional. No primeiro momento, com a oligarquia dos Accioly e Padre Cícero Romão Batista e, no segundo momento com os “três coronéis” conhecidos nacionalmente, Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra (Barreira, 1992).

O entendimento desses dois momentos da política cearense tem Maria Isaura Pereira de Queiroz como uma das principais interlocutoras. Os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz representam um legado na explicação do Brasil rural, portando a manutenção de formas arcaicas ou tradicionais de poder e fornecendo elementos de análise para a política cearense do início do século XX. A ocasião oportuna de discussão de suas pesquisas torna factível um du-

plo diálogo. O das idéias da autora com seu tempo e confrontação de suas reflexões com pesquisadores recentes sobre a temática, entre os quais me incluo.

Algumas questões norteiam esse trabalho. Quais os aspectos da história política cearense que possibilitaram a reprodução da figura do coronel, do oligarca, do “mandão”? Como é possível

entender a dialética entre o conflito e a solidariedade permeada pelas relações de parentesco e de compadrio?

Aqui cabe uma primeira advertência, já apontada por Maria Isaura Pereira Queiroz: “o coronelismo se integra (...) como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro – datado porque, embora aparecendo a aplicação de “coronel” desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que marcaram o Brasil” (1976:172).

Mesmo que a autora faça referência ao “aparecimento de um novo tipo de coronelismo, o coronel urbano” (1976: 29), seus estudos datam este fenômeno na primeira República. Estendendo mais um pouco esse período para a República, é possível entender a existência dos “três coronéis” na política cearense, que configuram a prática de uma política tradicional.

A partir do entendimento das rupturas e continuidades nas práticas políticas dos grandes proprietários de terra do sertão, percebe-se o ocaso dos coronéis no Estado do Ceará. Neste percurso, algumas características históricas do sertão como o “clientelismo”, o “banditismo do proprietário”, as “fraudes eleitorais”, os “crimes políticos”, as “adesões” são indelévels. Estas serão o recheio da prática política do “mandão local”, do coronel, do chefe político do sertão que nortearão este trabalho.

Será dado destaque aos momentos eleitorais porque a dominação tradicional aparece de forma mais cristalina nesse período, sendo, inclusive, renovada. As eleições são conhecidas como “carro-chefe” de reforço ao poder dos senhores da terra.

O VOTO COMO BEM DE TROCA: GRATIDÃO E BENEFÍCIO

A constituição republicana de 1891 ofereceu plenos poderes aos Estados (antigas províncias) para suas constituições particulares, obedecendo princípios básicos para todo o país, entre os quais se inclui o respeito à autonomia municipal (Queiroz, 1976).

Este período é fortemente marcado pelo debate sobre as bases da República. Nesse momento a descentralização do município frente ao Estado ganha corpo e a tese dos republicanos era a de que a base da República brasileira deveria repousar nos municípios. Estes, células dos Estados, formariam a República Federativa.

Com a nova constituição republicana

ampliaram-se os quadros eleitorais, o sufrágio direto, instituído pela lei Saraiva em 1881 (mas que impunha a necessidade de uma renda anual mínima de 200\$00 para ser eleitor), substituiu-se o sufrágio universal e direto, abolidas as barreiras econômicas, excetuando-se apenas os mendigos, os analfabetos, os praças de pré e os religiosos sujeitos a votos de obediência que importassem em renúncia da liberdade individual’ (Queiroz, 1976: 108)

A partir desse momento as regras do jogo mudam: crescem as influências locais, surge a figura do coronel, a luta eleitoral passa a ser “de casa em casa” e, por fim, ganha peso na conquista do voto o “cabo eleitoral”. Os coronéis proprietários de terra passam a ser os principais cabos eleitorais. Ao contrário dos presidentes de províncias, os proprietários de terra não são ativos só nos períodos eleitorais, fazem política em todos os momentos.

Segundo as informações de Queiroz,

A extensão do direito de voto às classes populares não tivera pois, outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais as ordens de determinado mandão político, como podiam os agregados discordar dele, se nem podiam se manifestar em oposição aos fazendeiros sem perder o único amparo que possuíam? (...) Com toda essa quantidade de eleitores às suas ordens, continuaram os fazendeiros a eleger quem bem queriam e continuariam os presidentes de Estado e deputados, na necessidade de cortejar os chefes do interior, da mesma maneira que durante o império (1976: 113).

É importante destacar a argúcia da autora para entender o valor para as camadas populares, e principalmente, para os camponeses. Esta reflexão fornece elementos fundamentais para se entender as eleições, mesmo nos períodos atuais, principalmente, nas áreas rurais.

Votar no candidato do proprietário de terra, para o trabalhador rural, representa fidelidade e gratidão para com o “homem bom” que deu a terra para ser trabalhada, é este homem que não só oferece trabalho mas sobretudo “proteção” (Barreira, 1992). O voto representa, nesse sentido, um bem de troca dos camponeses (moradores de favor) para com os proprietários de terra e desses para com o poder estadual e federal. Nessa corrente ganham corpo os famosos “currais eleitorais” do sertão.

Os proprietários de terra exercem o papel de mediadores, agora através do voto, entre o camponês e o poder estadual ou central. Como ressalta Maria Isaura:

o voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é bem de troca, no segundo caso é a afirmação pessoal de uma posição (1976: 178).

A política do sertão se reproduz assim, pelo reforço ao poder tradicional dos proprietários de terra, à medida que esses delegam a sua representação aos políticos que exercem cargos ou mandatos, e estes delegam poder aos proprietários. Para que essa cadeia seja viável é necessário ter o “morador de favor” que materializa o “voto de cabresto” e o “curral eleitoral”. O camponês vota no candidato do patrão não só por temor à repressão, apenas, mas por “gratidão” ou por “dever sagrado”. Em um primeiro momento não existe a compra de voto, mas troca de favores. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca, pois o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel, significa que este já fez um benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo; o voto não é inconsciente, muito pelo contrário, resulta do raciocínio do eleitor e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence. Em um segundo momento o problema da compra de voto se configura de forma diferente, na medida em que não se trata de uma imposição pura e simples do coronel, sob pena de vingança econômica ou outras; representa também uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira utilitária, redundando para ele em maior benefício.

Para os proprietários de terra o uso utilitário do voto pode representar o rompimento de seu código: “quem trai uma vez pode trair sempre”.

Na origem, a compra do voto está ligada ao surgimento dos cabos eleitorais profissionais, pessoas que trabalham nos povoados ou mesmo nos municípios “prestando serviço” ao eleitor em troca de benefícios de um coronel ou de um político profissional.

Nessa perspectiva, “Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos eleitorais são elementos de ligação indispensáveis entre o coronel e a massa de votantes. A estru-

tura, grosso modo, se apresenta hierarquicamente em três níveis: os coronéis, abaixo deles os cabos eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores. Além do papel de proselitismo, tem o cabo eleitoral a função de organizar a massa mantendo-se em forma para os pleitos” (Queiroz, 1976:166).

A compra de voto está ligada, também, à alteração nas relações de trabalho, que confere ao camponês maior independência em relação aos proprietários (Barreira, 1989).

A institucionalização da “compra de voto” no sertão se dá à medida que cresce a população residente fora das “fazendas” e, no seu interior, os moradores residentes começam a perder ou cortar seus vínculos pessoais com o patrão.

OLIGARCAS E CLIENTELAS

A participação política dos grandes proprietários ocorre basicamente, em três momentos: no primeiro, há a ausência de uma delegação de representação, à medida que os próprios coronéis/fazendeiros ocupam os postos políticos. Temos como exemplo a convenção de Itu, de 18 de abril de 1873: dos 133 convencionais, 78 eram fazendeiros e 55 de outras profissões (Faoro, 1975: 456). No segundo, há a delegação quase total da representação e, ao mesmo tempo, um controle por parte dos coronéis-proprietários do quadro político. É o período em que se configura com maior nitidez a “troca de favores”. É nesse momento que a política clientelista do sertão ganha força. Esse período pode, também, ser demarcado como auge do poder dos coronéis-proprietários de terra.

No último período os proprietários de terra transferem a representação, mas não mantêm o controle absoluto sobre os políticos e nem sobre os eleitores.

De qualquer modo, foi tendência mais ou menos geral abandonarem os coronéis, pouco a pouco, uma ação direta no cenário político, transferindo esta atuação para camadas

médias e para profissionais liberais, independentemente de sua ligação com as parentelas (Queiroz, 1976:209).

Este período é marcadamente caracterizado pelo fato do coronel-proprietário de terra passar a fazer parte da estrutura mais complexa de poder no sertão.

O coronel, que fora o antigo dono da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores (Queiroz, 1976:203).

Definem-se nesse quadro, as alianças entre os proprietários e outros setores da sociedade, o que permite àqueles, manterem-se no poder, ancorados em nova correlação de forças.

Dois aspectos intimamente relacionados estão sempre presentes nas análises sobre as eleições no sertão: o primeiro, é que o partido dos proprietários de terra é o partido do governo; o segundo é a estrutura clientelista, que vem ocorrendo há séculos. A meta de estar sempre no poder é que em grande parte mantém e dá continuidade ao sistema clientelista, cuja existência é calcada na viabilidade de atender aos interesses e reivindicações do eleitorado rural. A alternância levaria a uma descontinuidade de tal atendimento, o que implicaria dificuldades para a reprodução do sistema clientelista.

Já fazem parte da história política do sertão, algumas frases famosas que retratam bem esse situação: “O governo muda, mas eu não mudo: fico com o governo”. “Em política eu sou intransigente: voto no governo.”

Ser oposicionista, principalmente na esfera municipal, é muito “desconfortável”, implicando problemas políticos, mas principalmente econômicos. Nesse sentido, o que leva os proprietários de terra a ocuparem postos políticos ou estarem sempre ao lado do governo é o acesso ao usufruto econômico de um sistema administrativo que lhes proporciona privilégios e respaldo para a consecução de seus interesses particulares. A possibilidade desse usufruto leva

os coronéis-proprietários de terra a participarem de todas as falcatruas dos períodos eleitorais: corrupção, opressão aos camponeses, violência etc. A esse respeito, é importante evocar as palavras de Maria Isaura: “A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captar e conservar votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e benefícios” (1976: 173). Ou então: “O significado das eleições era manter no poder por um simulacro de legalidade aqueles que dele tinham conseguido se apossar” (1976:129).

O lugar da oposição, no âmbito municipal ou estadual, implica, para um coronel, a perda de todos os direitos e benesses do poder público. Essa situação é transferida diretamente para toda a sua clientela. A lógica é ficar na oposição somente quem não tem o privilégio de apoiar o governo.

Quando o coronel se encontrava na “oposição” [...] era como se a maldição tivesse se abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados, e revidavam pagando violência, muito embora sabendo o quanto se arriscavam. Para o apaniguado, nada melhor do que seu coronel ficar em ‘situação’, a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição (Queiroz, 1976:178-179).

Se, por um lado, as disputas coronelistas conseguem manter o predomínio de uma determinada oligarquia, por outro, apontam fissuras no monopólio do poder. Maria Isaura retrata bem essa situação no período acciolista: “No Ceará, no governo do Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, houve mudança de chefes políticos em vários municípios. Em Missão Velha, onde dominava o deputado estadual Jamacaru, seu rival Antônio de Sant’ Ana atacou a cidade, incendiou a casa do adversário, apoderou-se de seus bens e ficou seu sucessor na chefia do município, mandando comunicar ao presidente o que acontecera e passando a contar imediatamente com o apoio deste. Antônio Luís Alves Pequeno invadiu com sua gente a cidade do Crato, sendo político do então vice-presidente

do Estado, José Belém de Figueredo; prendeu Belém, prendeu o juiz de Direito e o promotor, depois o escrivão, e o escrivão telegrafou ao presidente comunicando o ocorrido e o presidente se apressou em ratificar sua posição de novo chefe da zona, dando-lhe apoio. Acontecimentos semelhantes ocorreram em Quixadá, Barbalha, Lavras da Mangabeira, etc (1976:121).

Geralmente, nessas disputas, os governos central ou estadual não interferiam. Esperavam o fim das lutas para apoiarem o vencedor. Esta postura viabilizava a continuidade de uma oligarquia no poder, porque o governo permanecia sempre ao lado da facção local majoritária, oferecendo a carta branca ao chefe local. A liderança da facção majoritária, para todos os assuntos relativos ao município, continuava intacta. Esse compromisso era ainda reforçado, à medida que os chefes locais davam apoio incondicional aos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais.

É importante destacar, dentro desse contexto, que os principais personagens da grande disputa na República eram as grandes famílias do sertão (Chandler,1980: 115-155). Os moradores, trabalhadores rurais residentes no interior das grandes propriedades eram considerados e conhecidos como gente do coronel "fulano de tal". Nas eleições, tomavam partido e passavam a encarar como "inimigos" os adversários de seus patrões.

Como diz Maria Isaura,

os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas, a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familiar com parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral. Para o sitiante amparado e em situação privilegiada, seus interesses se entrelaçavam por esse lado com os do coronel fulano, embora pertencessem a camadas sociais diferentes (1976: 18-19).

O envolvimento dos camponeses nas disputas oligárquicas representa tanto a expressão

concreta da submissão a que os trabalhadores rurais do sertão estão sujeitos, como expressa um tipo de participação política que os distancia das contradições com os setores dominantes. Esse distanciamento mantém ou possibilita o reforço a uma pseudo "paz agrária".

As disputas oligárquicas marcam profundamente a história do sertão cearense. De 1901 a 1928 foram registradas 16 lutas entre coronéis, com morte de chefes políticos, assaltos às cidades, etc. (Pinheiro,1938:180), levando em muitos casos, a emigração de coronéis derrotados. Em alguns casos, impõe-se até a interferência de autoridades e de outros coronéis para somar prolongadas disputas. Exemplar neste sentido foi o "pacto dos coronéis", celebrado em Juazeiro do Norte no dia 4 de outubro de 1911, com a mediação do Padre Cícero. Nesse dia, Juazeiro foi elevado à categoria de vila. Tal pacto resultou de um reunião entre 19 coronéis ou seus substitutos, representando a região do Cariri, sul do Estado. Para oficializar o acordo foi redigida uma ata que foi assinada por todos os presentes.

Fica evidente a ação "pacificadora" do Padre Cícero e do governador Antônio Pinto Nogueira Accioly (Carone,1970: 257), na busca de uma harmonia política entre as oligarquias do Estado partido, o excelentíssimo Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. A hierarquia e a disciplina são mantidas como fatores dos proprietários de terra.

O acordo, ao mesmo tempo, tenta demarcar os limites da violência da classe dominante no sertão, mostrando as armas do sistema coronelista: "nenhum chefe protegerá criminosos no seu município, nem dará abrigo aos do município vizinho". Ou, "deve-se acabar com a proteção aos cangaceiros" (Ata da reunião de 4 de outubro de 1911).

De acordo com Maria Isaura,

todo esse documento é escrito como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais que o firmaram, e não existia mesmo, pois que nenhuma medida estadual ou federal interceptou o pacto (1976:20).

O USO PRIVADO DA MÁQUINA PÚBLICA – OS GRANDES BENEFITORES DO SERTÃO

As disputas oligárquicas não ocorriam necessariamente para que o coronel assumisse cargo político, mas para manter sua hegemonia sobre uma determinada área. Essa prática política dos grandes proprietários de terra visava manter o “prestígio político”, medido pela influência no sistema clientelista.

Abelardo Montenegro apresenta um bom exemplo desse quadro:

Isaiás Arruda, que em 1926 transformara-se em poderoso chefe político do partido conservador (Acciolino), se o juiz não submetia-se às ordens, expulsava-o da localidade. Se um tenente da polícia reagia contra os desmandos era assassinado. O coronel Isaiás Arruda julgava-se com o direito de influir na escolha do magistrado local, da professora e de todos os funcionários públicos do município ou da área de sua influência política (1955: 634).

Também referindo-se a esse ponto, Maria Isaura diz:

Quanto ao aspecto administrativo tomado pelos benefícios dispensados aos eleitores, todos os documentos que consultamos ao efetuar nosso trabalho sobre o mandonismo local, mostraram claramente que, a partir da independência do Brasil, os postos administrativos e os lugares no funcionalismo público passam a agir como novas fontes de benefício a serem distribuídos. Por isso se tornou tão importante para os mandões dominar as estruturas locais, regionais e até nacionais: tinham em seu poder maior soma de lugares a distribuir, e portanto de beneficiados com a gratidão dos quais podia contar (1976:174-175).

Padre Cícero, na perspectiva de Maria Isaura, é analisado como caso extremo de chefe político local.

Padre Cícero durante perto de 50 anos, não teve quem lhe disputasse a primazia, dado ter contato

íntimo e constante com os eleitores, que estavam presos a ele por laços de fé, de idolatria, de admiração, de gratidão, que o encaravam como o único benfeitor dos tristes sertões nordestinos. Sem despendar energias com propaganda ou conchavos eleitorais, foi anos e anos prefeito de Juazeiro, foi eleito e reeleito vice-presidente do Estado do Ceará, fazendo e desfazendo deputados. Três presidentes foram em viagem a Juazeiro, nos confins do Estado, não para fazer-lhe meras visitas de cortesia, mas para visitas de alto significado político. E o presidente Franco Rabelo, por não lhe ter conseguido o apoio, viu-se a braços com uma revolução liderada pelo afilhado dileto de Padre Cícero, Floro Bartolomeu, que o derrubou do governo (1976: 118).

O domínio do Padre Cícero ainda é ressaltado pela autora por dois motivos: diante da simpatia dispensada aos revolucionários da Coluna Prestes e a hospitalidade para com o grupo de Lampião. Mesmo sendo dois grupos perseguidos pelo governo central, este em nenhum momento pretendeu pedir contas ao Padre Cícero.

A importância política dos municípios, enquanto base do sistema clientelista, continua com fortes marcas no sertão. As distribuições das verbas e as localizações de obras federais ou estaduais passam necessariamente pelo “jogo político”, que tem como “carta” a troca de interesses político-pessoais. O uso privado da máquina pública é uma constante em quase todos os momentos históricos do sertão, dando a tônica da prática política local.

Uma outra consideração importante é que os candidatos para as câmaras federais ou estaduais são geralmente eleitos em um determinado município ou região. Isto é, o peso de uma base política municipal é determinante para a vitória de um político. Este dado identifica um deputado com uma determinada região ou município, reproduzindo o elo de troca de favores entre o poder federal ou estadual e os representantes das câmaras.

Colaborando com essa argumentação existe uma máxima política no sertão que diz: “governo não perde eleição em ano de seca.” Esta máxima dá o significado das campanhas eleitorais, apresen-

tando o governo central como carro-chefe em termos de distribuição das benesses públicas para a população carente e para determinados municípios. No jogo de correlações de força, a hegemonia é dada pela maior capacidade de troca de favores. Isso possibilita que os representantes políticos se apresentem como os grandes “benfeitores do sertão”, cobrando lealdade e gratidão.

É dentro desse quadro, que a partir da década de 50, a política cearense passa a ser dominada por três coronéis do Exército Brasileiro e também coronéis nas suas práticas políticas. Principalmente de 1962 a 1986 dominaram quase todos os cargos políticos do Estado.

Em 1962 é eleito o coronel Virgílio Távora da coligação PSD/UDN. Essa coligação é resultado de um pacto entre as forças mais conservadoras do Estado para derrotar o candidato do PTB Adahil Barreto. O governador Virgílio Távora com extrema habilidade, consegue ultrapassar o período de 1964 a 1966 apoiando num primeiro momento o presidente deposto João Goulart e, em seguida, oferecendo apoio aos militares. Em 1966 é indicado para governador Plácido Castelo, com pouca expressão política, mas sem área de atrito com os políticos locais. Em 1970 é indicado o coronel César Cals, tendo como vice Humberto Bezerra, irmão gêmeo de Adauto Bezerra.

A escolha de César Cals teve como grande artífice o governo central, tendo como motivação sua inserção no governo militar. Em 1974 o coronel Adauto Bezerra é escolhido para governar o Estado, tendo como trunfo o fato de, a partir de 1966, ser o deputado federal mais votado do Ceará. Virgílio Távora é novamente elevado à condição de governador do Estado em 1978. Em 1982 é eleito o economista Gonzaga Mota, resultado de um grande pacto envolvendo os três coronéis. Esse pacto ficou conhecido como “Acordo dos Coronéis”, tendo sido sacramentado pelo então presidente da República, o general João Figueiredo.

Em todas as eleições, principalmente na de 82, os três coronéis se apresentavam como os grandes benfeitores do sertão. Por quase três décadas eles conseguiram dominar a política do Estado, tendo como base uma “política de favores”, cultivando a fidelidade dos grupos políticos.

Neste período, voltam à cena alguns aspectos já apontados por Maria Isaura na análise do mandonismo local, em que na política de compromissos os coronéis e oligarcas são expressões a um só tempo do poder privado e do poder público.

Finalizando, é essencial destacar a importância de continuarmos trilhando os caminhos de pesquisa de Maria Isaura Pereira Queiroz para entendermos porque no Ceará lideranças política de feições tradicionais e conservadoras se reproduzem por tanto tempo.

Atualmente com a subida ao poder do Estado dos “novos empresários” coloca-se a questão dos limites das práticas personalistas/clientelistas/oligárquicas: estariam tais práticas perdendo sua eficácia como meio de reprodução ou de acesso ao poder?

BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA, César. “Clientelismo e dominação no cenário das eleições” in *Travessia Revista do Migrante*, ano II, n.5, out. dez., 1989.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais do sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- CARONE, Edgard. *A República velha (instituição e classes sociais)*. S. Paulo: Difusão européia do livro, 1970.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1975.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora, *Família, tradição e poder*. AnnaBlume/UFC, São Paulo, 1996.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Histórias do cangaço no Ceará*. Fortaleza: Batista Fontenele, 1955.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste, planejamento e conflito de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.